

## SUMÁRIO

10	PROGNÓSTICO AMBIENTAL .....	10-1
10.1	QUALIDADE AMBIENTAL FUTURA DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO .....	10-1
10.2	PROJETO SEM ADOÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS .....	10-2
10.3	PROJETO COM ADOÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS .....	10-3
10.4	OUTROS EMPREENDIMENTOS NA REGIÃO .....	10-5
10.5	IMPACTOS AMBIENTAIS RELEVANTES .....	10-6
10.6	CAPACIDADE DA INFRAESTRUTURA LOCAL EM ABSORVER AS TRANSFORMAÇÕES .....	10-7
10.7	EMPREENDIMENTO NÃO IMPLANTADO .....	10-8

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Qualidade Ambiental Futura da Área de Influência do Projeto .....	10-9
--	------

## 10 PROGNÓSTICO AMBIENTAL

Neste capítulo será apresentado o prognóstico ambiental e a identificação dos potenciais impactos ambientais advindos das obras de regularização/pavimentação do Sistema BR-365/BR-364/MG/GO, nos segmentos entre os municípios de Monte Alegre de Minas/MG (BR-365/MG km 706,9) e o município de Jataí/GO (BR-364/GO km 192,7).

Segundo a legislação brasileira, considera-se impacto ambiental *"qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e V - a qualidade dos recursos ambientais"* (RESOLUÇÃO CONAMA nº 001, de 23/01/1986).

O que é importante destacar é o fato de que o objetivo deste Prognóstico Ambiental é trazer, à luz da realidade observada nos levantamentos e resultantes dos estudos realizados, a organização, a sistematização e a delimitação das incertezas que projetos de grande porte de infraestrutura provocam aos ambientes onde são previstos. O cenário ambiental estará sujeito a pontos de mudança e a decisão de investir obriga que, além da plena justificativa social, técnica e econômica do empreendimento, estejam presentes as estratégias e ações, tanto no âmbito do planejamento, como também a antecipação do controle de situações causadas por intervenções construtivas ambientalmente sensíveis.

O prognóstico da qualidade ambiental futura da área de influência do empreendimento compara as hipóteses acima destacadas. Para a comparação das hipóteses é apresentada a Tabela 1 a seguir. A tabela compara, por meio de ocorrência (físico, biótico ou socioeconômico), os aspectos e/ou impactos ambientais relevantes junto a implantação do empreendimento com a adoção, sem a adoção das medidas propostas e a não realização do empreendimento.

### 10.1 Qualidade Ambiental Futura da Área de Influência do Projeto

A situação em que se encontram as áreas de influência do empreendimento tenderá a continuar. No entanto, a falta de oportunidades de emprego e/ou alternativas de renda pode ocasionar sérios problemas a médio e longo prazos, como o aumento da vulnerabilidade social e a intensificação da pressão sobre os recursos naturais por meio de atividades como a grilagem, invasões de terras, carência de áreas protegidas

(recentemente identificadas como prioritárias para conservação) e degradação da única unidade de conservação existente.

## 10.2 Projeto Sem Adoção de Medidas Mitigadoras

A não incorporação pelo Projeto de regularização/duplicação do Sistema, de medidas de monitoramento e fiscalização para superar os impactos ambientais negativos advindos da implantação do empreendimento (como a redução na qualidade ambiental, a perda dos serviços ambientais e da biodiversidade nas unidades de conservação, entre outros) devem potencializar a perda da qualidade ambiental da região em estudo, que já é comprometida pelo modelo de desenvolvimento adotado na região, principalmente voltadas para as atividades agropecuárias, e grandes monoculturas.

Do ponto de vista físico, o empreendimento sem medidas mitigadoras trará: i) elevação dos elementos particulados e poluição decorrente do movimento de máquinas; ii) poluição sonora; iii) a possibilidade assoreamento dos corpos hídricos; iv) criação de efeitos erosivos às margens e redução dos fluxos de vazão dos corpos hídricos; v) aumento de áreas degradadas; vi) contaminação dos solos; vii) instabilidade de taludes e aterros; viii) paisagens alteradas sem recuperação.

Sob o aspecto biótico, o empreendimento sem medidas de controle que minimizem os impactos ambientais deve acarretar de maneira geral: i) ausência de recuperação ambiental e plantios compensatórios de espécies nativas; ii) aumento do efeito de borda e perda da biodiversidade no interior dos fragmentos remanescentes; iii) atividades de caça e pesca e tráfico de animais silvestres, sem mecanismos de controle; iv) impacto sobre a fauna silvestre pelo efeito barreira em razão da duplicação da faixa de rolamento; v) atividades de supressão da vegetação sem a aplicação de métodos adequados de resgate e afugentamento de fauna; vi) aumento da fragilidade de proteção dos recursos naturais nas unidades de conservação e nas zonas de amortecimento; e vii) e intenso atropelamento de animais silvestres.

No que diz respeito à socioeconomia cabe destacar que sem o controle de medidas mitigadoras deve ocorrer principalmente: i) afluxo populacional para a região e consequente sobrecarga à capacidade dos municípios de suportar demandas adicionais aos serviços básicos; ii) aumento do risco de acidentes e congestionamentos nos pontos de interferências das obras; iii) populações deslocadas sem garantias de realocação/indenização; e iv) destruição patrimônio cultural, histórico e arqueológico da região.

### 10.3 Projeto com Adoção de Medidas Mitigadoras

Ao se constituir em um forte e moderno corredor de integração dos mercados locais e regionais, particularmente vinculados ao agronegócio, a regularização/duplicação do Sistema deve trazer benefícios socioeconômicos, cuja boa gestão pública pode consolidar, não somente a robustez econômica da área de influência do empreendimento, como também, a boa gestão operacional deve proporcionar a sua sustentabilidade ambiental. Isso porque a proposta de participação do setor privado na operação, com todas as obrigações diretas e particularizadas para aquela infraestrutura, envolve também a governança das questões ambientais, favorecida a executar ações em um traçado que ainda apresenta razoável preservação ambiental. Essa é uma constatação a qual permite fazer uma comparação com outras rodovias federais do País, operacionalmente críticas e devastadas ambientalmente.

Portanto, adicionados à rigorosa utilização de diversos mecanismos de monitoramento e fiscalização, assim como a viabilização de medidas ou alternativas que tenham efeitos positivos no controle ambiental da região, por parte dos empreendedores, a regularização/duplicação do Sistema proporcionará a redução da pressão que a sua operação trará sobre os recursos naturais e a preservação da qualidade ambiental do empreendimento.

Sob o aspecto do meio físico, as ações voltadas ao controle e mitigação dos impactos decorrentes das obras e, posteriormente da operação, obrigam-se a: i) manter os níveis da qualidade do ar, de ruídos e vibrações dentro das normas estabelecidas; ii) manter a qualidade atual das águas, das margens e do fluxo d'água, diante de eventuais instabilidades causadas por obras de drenagem; iii) observância de métodos construtivos que considerem o fluxo de vazão dos cursos d'água; iv) monitoramento e controle quanto ao início ou aceleração de processos erosivos; v) evitar o assoreamento dos cursos d'água por meio do controle do movimento de terra, recuperação de áreas degradadas e projetos adequados de drenagens; vi) rápida solução da degradação de áreas de empréstimo no sentido de restabelecimento de paisagens alteradas e evitar o início de processos erosivos e carreamento de material aos corpos hídricos; vii) monitoramento de cargas perigosas, prevenção de riscos de acidentes e contaminação de solo e das águas superficiais e subterrâneas; viii) preservação do conhecimento sobre o Patrimônio Paleontológico gerado pelos levantamentos realizados no decorrer dos estudos; e ix) recuperação de passivos ambientais.

Para o meio biótico, em seus aspectos de flora e fauna, determina ao empreendedor a mitigar os impactos decorrentes das intervenções na direção de ações efetivas e de relevância quando as perdas que resultarão da execução das obras: como destaque, temos a manutenção da supressão da vegetação nos limites mínimos previstos pelo projeto de engenharia na área diretamente afetada, no sentido de mitigar a perda da diversidade vegetal, a redução do efeito de borda nos fragmentos remanescentes e executar ações concretas de preservação do banco de sementes consideradas de fundamental importância no processo de regeneração natural.

A qualidade dos controles na fase de execução das obras, assim como após o início da operação do Sistema duplicado, envolve manter a sustentabilidade da fauna silvestre afetada pela alteração das condições ambientais que envolvem a supressão e promover o resgate e o afugentamento, com a reintrodução e manutenção do fluxo normal de muitas espécies no interior de fragmentos próximos. A manutenção do fluxo está associada ao fortalecimento dos corredores biológicos, facilitando o deslocamento de animais, vital para a viabilização das populações, mitigando outro elemento negativo à fauna terrestre: o efeito barreira e, assim, evitando o comprometimento dos processos de sucessão ecológica.

O aumento da incidência de atropelamento de animais silvestres em todas as etapas do empreendimento (obras e operação) devido, primeiro, ao intenso movimento de máquinas e, segundo, as novas demandas de tráfego de veículos, constitui uma fonte constante de ocorrências fatais em razão dos deslocamentos de uma margem à outra da rodovia. Trata-se de um dos impactos que afetam com maior força as populações naturais de fauna silvestre podendo afetar mamíferos, aves, répteis e anfíbios. O processo de mitigação deve ocorrer a partir da fase de planejamento da implantação e considerado no projeto detalhado de engenharia e nos métodos construtivos, quanto aos dispositivos de passagem de fauna indicados nos estudos.

Para os aspectos socioeconômicos, a implementação de ações e programas sugeridos nesse estudo deverá garantir o ordenamento da faixa de domínio do Sistema, bem como de suas atividades; a garantia de um canal de comunicação direta entre os usuários/população e a concessionária responsável pelas obras; a melhoria do tráfego e dos níveis de acidente na via; a priorização da contratação de mão de obra local, evitando o afluxo populacional para a região e consequente pressão sobre a infraestrutura básica e de serviços dos municípios; bem como o aumento da arrecadação de impostos pelos municípios afetados. Outro ponto importante é a preservação do patrimônio arqueológico da região: com o acompanhamento das obras por profissionais da área, evitando-se assim, sua destruição.

## 10.4 Outros Empreendimentos na Região

Os programas e projetos públicos que possam interferir ou potencializar, positiva ou negativamente, o empreendimento em estudo envolvem programas de investimentos em logística, integração sul-americana por meio da interconexão de diversos eixos de transportes (no caso do Sistema o chamado “Interoceânico Central”) e parte da conexão Peru-Brasil-Bolívia, como identificados na Figura 2 do Capítulo 4 - Inserção Regional e Legislação Ambiental - Programas Estaduais - Goiás e Minas Gerais - de melhoria e construção de rodovias com objetivo do escoamento da produção com maior eficiência.

A regularização/duplicação do Sistema BR-365/BR-364/MG/GO voltado a atender o escoamento da produção, particularmente de regiões emergentes do Centro-Oeste caracterizadas como polos agropecuários, deve contribuir para fortalecer a expansão do dinamismo econômico para o centro-sul do estado de Goiás, Triângulo Mineiro, portos do Sudeste, e mais ao centro Brasília e Goiânia, que se posicionam como uma área multipolarizada por áreas de acesso a outros mercados regionais, através do Projeto da Plataforma Logística Multimodal de Goiás.

O empreendimento ainda se agrega na própria região a um importante projeto de infraestrutura: a Ferrovia Norte-Sul. Constitui-se como a “espinha dorsal” do País inserida em um projeto nacional, com extensão de 4.197 quilômetros, passando por cinco regiões brasileiras. Considerada estratégica para o desenvolvimento econômico do Brasil, essa ferrovia abriga as principais áreas de produção da fronteira agrícola e deve propiciar a interligação das regiões Norte e Nordeste (Transnordestina Logística), com a Estrada de Ferro Carajás, ao norte, para conexão com o porto de Itaqui; e as regiões Sul e Sudeste do País mediante conexões com outras ferrovias, entre elas e a Ferrovia Centro-Atlântica, para conectar-se com os portos de Santos, Vitória e Rio de Janeiro.

A oportunidade econômica do Sistema é completada pela sua integração ao Complexo Portuário de São Simão/GO, o qual favorece o escoamento por 1020 km até a UHE Itaipu, de parte da produção goiana de grãos e se constitui na Hidrovia do Mercosul.

Enfim, os investimentos no Sistema devem fomentar de maneira sinérgica, via programas do Governo Federal aos municípios, esforços de apoio à projetos de públicos ou privados que contribuam para a universalização do saneamento básico, melhoria da mobilidade urbana, inovações tecnológicas ao setor agropecuário (pequeno e médio produtor), desenvolvimento de pequenas e médias empresas e ao turismo.

## 10.5 Impactos Ambientais Relevantes

### Meio Físico

- Alteração da Qualidade do Ar Associada à Movimentação de Terra;
- Geração de Ruído Associada às Intervenções;
- Instabilização das Margens dos Corpos Hídricos;
- Redução do Fluxo dos Cursos D'água;
- Início ou Aceleração de Processos Erosivos;
- Assoreamento dos Cursos D'água;
- Degradação de Áreas de Empréstimo;
- Risco de Contaminação dos Solos, das Águas Superficiais e Subterrâneas Devido a Acidentes com Cargas Perigosas;
- Entupimento do Sistema de Drenagem e Acúmulo de águas com alagamentos indesejáveis;
- Instabilização de taludes e aterros;
- Solos compactados;
- Alteração da qualidade das águas superficiais e subterrâneas;
- Alteração da paisagem;
- Geração do Conhecimento sobre o Patrimônio Paleontológico.

### Meio Biótico

- Supressão da Vegetação, Perda de Espécies da Flora e Fragmentação de Habitat;
- Redução da Diversidade de Fauna e Ecossistemas;
- Pressão Antrópica sobre os Recursos Naturais e APPs;
- Intensificação da Pressão de Caça e Tráfego de Animais Silvestres;
- Aumento do Efeito Barreira;
- Afugentamento da Fauna;
- Fortalecimento das Unidades de Conservação;

### Meio Socioeconômico

- Geração de Emprego e Renda;
- Alteração do Fluxo do Trânsito e Acidentes;
- Alteração da Qualidade de Vida;

- Aumento do Fluxo Populacional;
- Aumento do Tráfego e Aumento da Segurança;
- Reassentamentos e Desapropriações;
- Aumento da Arrecadação Fiscal dos Municípios;
- Alteração/Destruição dos Sítios Arqueológicos;

## **10.6 Capacidade da Infraestrutura Local em absorver as Transformações**

À exceção de municípios maiores como Ituiutuba/MG e Jataí/GO, que contam com condições razoáveis de infraestrutura e serviços, nos demais municípios de ambos os segmentos do Sistema o afluxo populacional para região atraído pelas obras do empreendimento pode acarretar sobrecarga aos serviços públicos, como educação e saúde. O fluxo de tráfego de veículos, com o aumento do transporte de mercadorias e passageiros e outros serviços, acarretará uma intensificação no tráfego, o que poderá ocasionar problemas como o aumento de acidentes. Esse impacto é considerado negativo com intensificação sobre o fator social e ocorrerá imediatamente na fase de implantação das obras, particularmente onde há interceptação, ou maior proximidade com áreas urbanas.

O aumento da renda familiar dos moradores da região, o qual deve gerar reflexos no dinamismo da economia regional e local, ao final das obras, poderá trazer uma redução nas atividades acarretando perda de receita fiscal dos municípios e redução dos investimentos locais: a mitigação desse impacto está na atuação preventiva do poder público quanto a melhoria dos serviços e no aumento ao acesso ao ensino fundamental e médio, bem como a formação e capacitação profissional das populações às novas vocações econômicas que surgirem a partir da implantação e modernização da rodovia duplicada.

A população legalmente estabelecida na área diretamente afetada e que deve ser desapropriada com assistência do empreendedor e órgãos governamentais ligados à temática, deverá ser indenizada e realocada igual ou em melhores condições às originais. Por outro lado, com a situação regular de trafegabilidade da rodovia, poderá ocorrer um adensamento demográfico nas áreas de influência indireta e direta, devido à migração de pessoas de outras regiões o que demanda a interferência preventiva do poder público no ordenamento das ocupações.

As alterações/destruições dos Sítios Arqueológicos particularmente ocorrem quando dos procedimentos dos serviços de supressão vegetal e terraplenagem, tanto na área diretamente afetada, como também em áreas de apoio, onde a perturbação a sítios é imediata e pontual. Assim, os procedimentos devem respeitar a localização dos pontos

demarcados de prospecção, no sentido que quando do resgate de eventuais artefatos históricos encontrados se possa estudá-los e dar divulgação ao conhecimento decorrente.

### **10.7 Empreendimento Não Implantado**

A não duplicação do Sistema BR-365/BR-364/MG/GO, objeto deste estudo, deve permanecer dentro da tendência observada atualmente, ou seja, o trecho continuará a manter intenso tráfego, particularmente de carga pesada de longo percurso, em pista simples, tornando o seu uso cada vez mais conflituoso e de maior risco no aspecto segurança.

Ambientalmente, esse fato pode, em uma primeira análise, indicar que pressões antrópicas decorrentes da operação normal da rodovia não ocorrerão. No entanto, a não existência do Sistema duplicado implica em não oferecer condições de trafegabilidade a um corredor de fluxo econômico intenso e, por consequência, deixa de fortalecer atividades nas fronteiras agrícolas regionalmente localizadas, além de persistir a grande vulnerabilidade em termos de segurança de tráfego e nas condições de mobilidade das populações diretamente impactadas.

Deste modo, o avanço da produção agrícola e a modernização da agroindústria, devem trazer modificações positivas no perfil econômico da região, fatos que somente ocorrerão caso se tenha um corredor de escoamento moldado em modelos operacionais modernos.

Tabela 1 - Qualidade Ambiental Futura da Área de Influência do Projeto

MEIO	IMPACTOS/ASPECTOS RELEVANTES	PROJETO COM ADOÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS	PROJETO SEM ADOÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORA	SEM O EMPREENDIMENTO
FÍSICO	Alteração da Qualidade do Ar Associada à Movimentação de Terra	Manutenção dos níveis da qualidade do ar dentro das normas estabelecidas.	Aumento de poeira, material particulado e poluição, principalmente na movimentação de equipamentos pesados.	Continuidade da situação local com a manutenção dos níveis da qualidade do ar atual, com potencial possibilidade de ser alterada negativamente em razão do aumento do fluxo de veículos.
	Geração de Ruído Associada às Intervenções	Ruídos oriundos das obras suavizados e dentro dos padrões da legislação pertinente.	Poluição sonora com a extrapolação dos níveis de ruídos permitidos pela legislação em faixas prejudiciais às pessoas.	Elevação dos níveis de ruído com o aumento do fluxo de veículos.
	Instabilização das Margens dos Corpos Hídricos	Manutenção da qualidade atual das águas, das margens e do fluxo d'água.	Assoreamento dos cursos d'água e comprometimento da qualidade dos recursos hídricos.	Risco de assoreamento e contaminação dos cursos d'água devido à ao carreamento de sólidos.
	Redução do Fluxo dos Cursos D'água	Projeto detalhado e observância de métodos construtivos que considerem o fluxo de vazão dos cursos d'água, no sentido de evitar processos erosivos em suas margens.	Elementos construtivos no leito dos corpos hídricos sem procedimentos que evitem erosões de margens e redução do fluxo de vazão.	Risco de erosões de margens, redução do fluxo de vazão e contaminação dos cursos d'água devido à falta de manutenção das estruturas.
	Início ou Aceleração de Processos Erosivos	Áreas exploradas e degradadas serão recuperadas em sua integridade física, química e biológica. Drenagens com funcionamento efetivo sem risco de assoreamentos nos corpos hídricos.	Áreas degradadas e exploradas com processos erosivos evoluídos. Poluição de corpos hídricos por sólidos fora dos padrões legais causado por assoreamento.	Áreas degradadas abandonadas com processos erosivos evoluídos. Poluição gradativa de corpos hídricos pelo assoreamento devido ao carreamento de sólidos de drenagens não funcionais.
	Assoreamento dos Cursos D'água	Movimento de terra controlado nas áreas de obras. Recuperação da integridade física, química e biológica. Métodos construtivos adequados de drenagens com funcionamento efetivo para evitar transporte de material aos corpos hídricos.	Poluição dos corpos hídricos causando assoreamento e deslocamento da fauna para setores menos alterados.	Poluição gradativa de corpos hídricos pelo assoreamento devido ao carreamento de sólidos de drenagens não funcionais.
	Degradação de Áreas de Empréstimo	Recuperação da integridade física, química e biológica das áreas exploradas para as obras de regularização/duplicação.	Áreas degradadas e exploradas com processos erosivos evoluídos. Poluição de corpos hídricos por sólidos fora dos padrões legais causado por assoreamento.	Áreas degradadas abandonadas com processos erosivos evoluídos. Poluição gradativa de corpos hídricos pelo assoreamento devido ao carreamento de sólidos de drenagens não funcionais e proliferação de vetores
	Risco de Contaminação dos Solos, das Águas Superficiais e Subterrâneas Devido a Acidentes com Cargas Perigosas.	Monitoramento de cargas perigosas para prevenção aos impactos no solo, corpos hídricos e áreas de recarga de acordo com a legislação pertinente.	Contaminação do solo, águas subterrâneas e superficiais e áreas de recarga caso ocorra acidentes com cargas perigosas.	Contaminação do solo, águas subterrâneas e superficiais e áreas de recarga caso ocorra acidentes com cargas perigosas.
	Entupimento do Sistema de Drenagem e Acúmulo de águas com alagamentos	Áreas exploradas e degradadas existentes recuperadas sem gerar acúmulo de águas	Acúmulo de águas e alagamentos nas áreas degradadas ou exploradas em	Áreas degradadas já existentes com acumulação de água e possibilidade de alagamentos.

MEIO	IMPACTOS/ASPECTOS RELEVANTES	PROJETO COM ADOÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS	PROJETO SEM ADOÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORA	SEM O EMPREENDIMENTO
	indesejáveis	ou alagamentos devido ao entupimento do sistema de drenagem.	decorrência da não recuperação da área.	
	Instabilização de taludes e aterros	Taludes e aterros estabilizados evitando o carreamento de sólidos e rolamento de material. Correção da geometria de taludes e reafeiçoamento para evitar escorregamentos.	Taludes e aterros sem estabilidade com alto potencial de carreamento de sólidos e rolamento de material.	Taludes e aterros já existentes degradando-se devido a não estabilização dos mesmos. Riscos de escorregamentos e deslizamentos.
	Compactação de Áreas	Recuperação de áreas exploradas e revegetação.	Áreas exploradas e paisagens alteradas não recuperadas dando origem a processos erosivos, carreamento de sólidos que acarretam na contaminação dos corpos hídricos.	Riscos de contaminação e assoreamento de cursos hídricos
	Alteração da qualidade das águas superficiais e subterrâneas.	Monitoramento e manutenção da qualidade da água de acordo com índices de qualidade e legislação aplicável ao tema.	Contaminação e alteração da qualidade da água em comparação aos índices de qualidade sem monitoramento e controle.	Manutenção da qualidade da água, alterada em alguns pontos em função da proximidade com centros urbanos, com parâmetros dentro do estabelecido pela legislação aplicada.
	Alteração da paisagem.	Esforços concentrados no restabelecimento de paisagens alteradas o mais próximo de suas características originais e recuperação de áreas exploradas.	Áreas exploradas e paisagens alteradas não recuperadas dando origem a processos erosivos e carreamento de sólidos.	Paisagens não alteradas.
	Geração do Conhecimento sobre o Patrimônio Paleontológico	Geração de novas informações proveniente dos estudos dos levantamentos	Informações e estudos paleontológicos sem cadastro	Desconhecimento sobre o Patrimônio Paleontológico.
BIÓTICO	Supressão da Vegetação, Perda de Espécies da Flora e Perda de Habitats (Fragmentação da Vegetação)	Supressão de menor área possível de vegetação nativa adjacente à área diretamente afetada e recuperação com plantio compensatório de espécies nativas	Aumento da fragmentação da vegetação nativa e ausência de atividades de recuperação ambiental e plantio compensatório de espécies nativas	Fragmentação descontrolada da vegetação nativa e ausência de atividades de recuperação ambiental e plantio de espécies nativas.
	Redução da Diversidade de Fauna e Ecossistemas	Supressão de menor área possível de vegetação nativa na área diretamente afetada e recuperação com plantio compensatório de espécies nativas	Aumento do efeito de borda sobre a vegetação nativa e ausência de atividades de recuperação ambiental e plantio compensatório de espécies nativas, perda da biodiversidade no interior dos fragmentos.	Superexploração dos Fragmentos e de suas espécies
	Pressão Antrópica sobre os Recursos Naturais e APPs	Supressão de menor área possível de vegetação nativa na área diretamente afetada e recuperação com plantio compensatório de espécies nativas	Aumento de fragmentos da vegetação; não recuperação ambiental e plantio compensatório de espécies nativas; consequente redução da fauna.	Superexploração dos Fragmentos e de suas espécies

MEIO	IMPACTOS/ASPECTOS RELEVANTES	PROJETO COM ADOÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS	PROJETO SEM ADOÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORA	SEM O EMPREENDIMENTO
	Intensificação da Pressão de Caça e Tráfego de Animais Silvestres	Estabelecimento de medidas e ações que facilitarão o controle sobre a caça e pesca na área do empreendimento. Sensibilização da comunidade local e dos trabalhadores sobre a preservação da fauna	Atividades de caça e pesca e tráfego de animais silvestres em razão da ausência de mecanismos do controle.	Manutenção da situação atual de pressão sobre a fauna
	Aumento do Efeito Barreira	Manter a mobilidade da fauna na paisagem; fortalecimento de corredores ecológicos; redução da probabilidade de atropelamento de animais atropelados.	Aumento da probabilidade de atropelamento de animais silvestres devido ao efeito barreira em razão da duplicação da faixa de rolamento;	Manutenção da probabilidade e ocorrência de atropelamento de fauna atual
	Afugentamento da Fauna	Resgate e reintrodução controlada da fauna na natureza	Não observância dos métodos aplicáveis ao afugentamento de fauna durante as atividades de supressão da vegetação: morte por atropelamento e esmagamento de espécies da fauna	Manutenção do deslocamento da fauna com ocorrências de atropelamento
	Aumento da Incidência de Atropelamento de Animais Silvestres	Estabelecer na fase de projeto detalhado de engenharia a criação dos dispositivos de passagens de fauna indicados na fase de estudos.	Aumento da probabilidade de atropelamento de animais silvestres em razão da duplicação.	Continuidade de atropelamentos de animais silvestres
	Fortalecimento das Unidades de Conservação	Estruturação das unidades de conservação por compensação ambiental nas áreas que ainda contém um patrimônio genético significativo e que pode ser realizado com o uso dos recursos de compensação que serão pagos pelo(s) empreendimento(s) programado(s) na região, com base na Resolução CONAMA Nº371/2006.	Aumento da fragilidade de proteção dos recursos naturais nas unidades de conservação e nas zonas de amortecimento	Manutenção da condição atual das unidades de conservação e da situação de fragilidade das UC
SÓCIO	Geração de Emprego e Renda	Previsão de afluxo populacional para região e a consequente sobrecarga dos serviços públicos; aumento da renda familiar dos moradores da região e dinamismo da economia regional e local; capacitação profissional.	Afluxo populacional para a região e consequente sobrecarga dos serviços públicos, sem que as localidades estejam preparadas.	Manutenção das condições atuais de emprego e renda nos municípios afetados
	Alteração do Fluxo do Trânsito e Acidentes	Durante as obras deverá haver fiscalização e sinalização ostensiva, além da indicação dos pontos e horários de obras (cronograma)	Aumento do risco de acidentes e congestionamentos nos pontos de interferências das obras.	Manutenção dos níveis atuais de segurança da via

MEIO	IMPACTOS/ASPECTOS RELEVANTES	PROJETO COM ADOÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS	PROJETO SEM ADOÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORA	SEM O EMPREENDIMENTO
	Alteração da Qualidade de Vida	Redução, ao máximo possível, dos desconfortos advindos das obras de duplicação para os moradores das áreas lindeiras ao empreendimento	Desconforto e falta de segurança dos moradores lindeiros às obras	Manutenção dos níveis atuais de qualidade de vida da população
	Aumento do Fluxo Populacional	Contratação prioritária da mão de obra da População da região	Afluxo populacional para região e pressão sobre os Serviços básicos da região	Manutenção dos níveis das migrações locais
	Aumento do Tráfego e Aumento da Segurança	Aumento da segurança e sinalização dos trechos em obras, com prevenção de acidentes e atropelamentos; população e usuárias da rodovia informados sobre locais de obras; melhoria dos pontos de travessia, principalmente nos perímetros urbanos; melhoria do tráfego, segurança e qualidade de vida dos municípios seccionados pela rodovia.	Aumento do risco de acidentes pela falta de sinalização nos trechos de obras; aumento do risco de atropelamentos por falta de travessias seguras.	Manutenção dos níveis de acidentes e atropelamentos registrados em todo o trecho da rodovia.
	Reassentamentos e Desapropriações	Indenização/relocação da população a ser desapropriada com assistência do empreendedor e órgãos governamentais Ligados à temática	Realocação da população sem garantias socioeconômicas e de assistência	Manutenção do tráfego e níveis de acidentes atuais
	Aumento da Arrecadação Fiscal dos Municípios	Geração de empregos e emprego dos impostos para melhoria dos municípios	Administrações públicas sem políticas estratégicas de aplicação dos recursos gerados pelo empreendimento no município.	Manutenção dos investimentos públicos
	Alteração/Destruição dos Sítios Arqueológicos	Conhecimento do patrimônio histórico, cultural e arqueológico regional e sua preservação	Destruição de conhecimentos arqueológicos	Manutenção dos níveis de conhecimento da história regional